Artigo 10.º

Corpo Nacional de Inspectores de Sanidade Florestal

1 — O Corpo Nacional de Inspectores de Sanidade Florestal, adiante designado por CNISF, integra-se no DIPE na dependência técnica e funcional da Direcção de Unidade de Defesa da Floresta da AFN, articulando-se operacionalmente com as unidades definidas nas alíneas *a)*, *d)* e *e)* do artigo 3.º da presente portaria.

2 — O CNISF é constituído por pessoal do quadro privado ou contratado pela AFN, credenciado para o efeito pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e desenvolve, durante todo o ano, actividades no âmbito da:

a) Prospeção e inventariação dos agentes bióticos nocivos aos ecossistemas florestais em estreita ligação com a Autoridade Nacional Fitossanitária;

b) Promoção e coordenação dos planos de intervenção que visem a redução de impactes e a eliminação de efeitos causados por agentes bióticos;

Artigo 11.º

Estruturas públicas ou privadas de prevenção

1 — As estruturas públicas ou privadas de prevenção podem integrar o DIPE de forma pontual ou permanente.

2 — A relação entre a AFN e cada estrutura pública ou privada é regulada por protocolo.

Artigo 12.º

Equipamento e fardamento

1 — O DIPE dispõe de equipamento e fardamento próprio para cada uma das suas componentes.

2 — O DIPE dispõe de identificação própria que deverá ser acompanhada do símbolo da AFN previsto na portaria n.º 759/2008, de 26 de Agosto.

3 — Os elementos integrantes do DIPE podem dispor de insígnias.

4 — Compete à Direcção Nacional de Defesa da Floresta a publicação, no sítio da Internet da AFN, de norma que vise cumprir o previsto nos números anteriores.

Artigo 13.º

Coordenação da informação e comunicação

1 — A AFN dispõe de um NWC (centro nacional de trabalho), com sede em Lisboa e redundância no Porto, onde se organiza e coordena toda a informação de terreno do DIPE.

2 — O NWC deverá articular-se, em termos de informação permanente, com as estruturas do 2.º e 3.º pilares do sistema de defesa da floresta.

3 — O NWC, bem como todos os integrantes do DIPE, devem, progressivamente, integrar-se no SIRESP em articulação com o universo de comunicações da protecção civil.

4 — A relação entre a AFN, a ANPC e a entidade gestora do SIRESP deve ser determinada por protocolo.

5 — O NWC dispõe de um sistema de emissão de alertas que difundirá informação diária considerada adequada à estrutura da AFN e aos parceiros institucionais.

Artigo 14.º

Estrutura de experimentação e formação

1 — É criada a Rede Florestal — Experimentação e Formação Florestais, adiante designada por REDE.

2 — A REDE incorpora todas as valências do Centro de Operações e Técnicas Florestais e do Centro Nacional de Sementes Florestais, que se extinguem como unidades autónomas, e incorpora ainda a mata experimental de Escaroupim.

3 — A REDE dispõe dos seguintes centros:

a) Centro de Amarante, destinado à valorização do património genético, à recolha conservação, ensaio, preparação, certificação e distribuição de sementes e à formação avançada no âmbito da protecção contra agentes bióticos;

b) Centro da Lousã, destinado à formação integrada no âmbito dos agentes abióticos, da gestão florestal e ainda à formação dos recursos humanos da AFN;

c) Centro do Escaroupim, destinado à selecção e obtenção de materiais de reprodução florestais, à experimentação florestal e intercâmbio com as estruturas públicas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no âmbito da protecção de plantas e da investigação aplicada.

4 — Em cada um dos Centros pode-se produzir e comercializar produtos florestais nos termos que forem definidos por despacho do presidente da AFN.

5 — A REDE depende directamente do presidente da AFN, podendo este delegar no director nacional de Gestão Florestal.

6 — Cada um dos Centros é dirigido por um técnico nomeado pelo presidente da AFN.

7 — A REDE deve desenvolver a sua actividade em projectos anuais e plurianuais, garantindo parcerias com entidades empresariais e com instituições de I&D.

8 — As parcerias previstas no número anterior são determinadas por protocolo autónomo.

9 — A REDE dispõe de um conselho técnico, a criar por despacho do membro do Governo responsável pelas florestas, a quem cabe a apreciação das linhas gerais de intervenção plurianual e anual.

10 — A REDE deve observar o princípio de centro de custos autónomo.

Artigo 15.º

Norma revogatória

São revogados todos os despachos e orientações internas relativos a estruturas e designações e cessam efeitos as cláusulas incluídas em protocolos que se não compatibilizem com a presentes portaria.

Portaria n.º 36/2009**de 16 de Janeiro**

Pela Portaria n.º 38-E/97, de 13 de Janeiro, alterada pela Portaria n.º 250/2004, de 8 de Março, foi concessionada a João Eduardo Nunes de Oliveira Santos a zona de caça turística da Herdade das Soberanas (processo n.º 1985-AFN), situada no município de Alcácer do Sal, válida até 13 de Janeiro de 2009.

Veio agora a entidade concessionária requerer a renovação e simultaneamente a mudança de concessionário desta zona de caça.

Cumpridos os preceitos legais, com fundamento no disposto nos artigos 45.º e 48.º, em conjugação com o estipulado na alínea *a)* do artigo 40.º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria a zona de caça turística da Herdade das Soberanas (processo n.º 1985-AFN), situada

na freguesia do Torrão, município de Alcácer do Sal, é transferida para a João Eduardo Nunes de Oliveira Santos, Unipessoal, L.^{da}, com o número de identificação fiscal 506682390 e sede na Rua do Capitão João Francisco de Sousa, 6, 7800-451 Beja.

2.º A concessão desta zona de caça é renovada por um período de 12 anos, renovável automaticamente, abrangendo vários prédios rústicos sítos na freguesia do Torrão, município de Alcácer do Sal, com a área de 682 ha.

3.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 14 de Janeiro de 2009.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Ascenso Luís Seixas Simões*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, em 9 de Janeiro de 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Portaria n.º 37/2009

de 16 de Janeiro

Dando corpo e expressão à aposta decisiva do XVII Governo, no âmbito da nova geração de políticas sociais, no investimento em equipamentos sociais, através da concentração de recursos financeiros provenientes dos jogos sociais e de recursos privados nesse tipo de equipamentos, com o objectivo, considerado imprescindível, de aumentar a capacidade das respostas sociais e melhorar a qualidade das respectivas prestações, criando novos lugares nas áreas da infância e juventude, pessoas com deficiência e população idosa, desse modo facilitando a conciliação da vida profissional com a vida familiar e assegurando o pleno exercício da cidadania, pela Portaria n.º 426/2006, de 2 de Maio, foi criado e regulamentado o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

Programa cuja execução, apesar da grande adesão dos seus destinatários, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, e do dinamismo revelado, se pretende que acelere o passo na resposta às situações de vulnerabilidade acima referidas, contribuindo também para uma mais rápida criação de emprego, tanto na construção dos respectivos equipamentos, como nas novas respostas sociais quando estas entrarem em funcionamento.

Para alcançar tal desiderato, torna-se imperioso que os projectos financiados se concretizem no mais curto espaço de tempo possível. Ora, sendo certo que, muitas das vezes, a maior ou menor fluidez no desenvolvimento desses projectos depende do grau de facilidade das entidades promotoras em reunir recursos financeiros para fazer face aos custos que constituem seu encargo, e tendo em consideração também as dificuldades resultantes da grave crise financeira a nível internacional, torna-se necessário rever a disciplina do financiamento público dos projectos consagrada no n.º 7 do Regulamento do Programa.

E essa revisão vai repercutir-se, de modo favorável, no montante do financiamento privado suportado pelas entidades promotoras, reduzindo as suas necessidades de acesso ao crédito.

Assim:

De harmonia com o disposto na alínea *a*) do n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março,

quanto à finalidade da percentagem das verbas globais dos jogos sociais afecta à acção social, e ao abrigo dos artigos 30.º, alíneas *a*) e *b*), 31.º, n.ºs 4 e 6, 32.º, n.º 1, e 90.º, n.ºs 5 e 6, da Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, que aprova as bases gerais da segurança social:

Manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

Pela presente portaria é alterado o Regulamento do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), anexo à Portaria n.º 426/2006, de 2 de Maio.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*, Secretário de Estado da Segurança Social, em 9 de Janeiro de 2009.

ANEXO

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Norma única

1 — É criado um adicional ao financiamento público, de valor igual a 10 % do montante elegível participado, relativo a infra-estruturas, que consta do contrato de participação financeira celebrado com a entidade promotora.

2 — O adicional ao financiamento público é devido às entidades promotoras de projectos aprovados no âmbito dos avisos de abertura do PARES, desde que a respectiva obra seja consignada até 30 de Abril de 2009.

3 — O adicional ao financiamento público será objecto de uma adenda ao contrato já celebrado, depois de validado o procedimento adjudicatório da empreitada e o auto de consignação da obra.

4 — O adicional ao financiamento público dará origem ao recálculo da taxa de financiamento do projecto, no que se refere à componente de infra-estruturas, reflectindo-se nos pedidos de pagamento a apresentar posteriormente, e pode implicar que a taxa de financiamento público venha a ser superior ao máximo fixado na Portaria n.º 426/2006, de 2 de Maio.

5 — Os acertos com repercussão nos pagamentos já efectuados serão realizados no decurso do encerramento do projecto.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2009

Processo n.º 1954/08-5

Fixação de jurisprudência

1 — A arguida Carmo, S. A., interpôs recurso extraordinário para fixação de jurisprudência do Acórdão da